

# Pesquisa Índice Gini e Índice da Felicidade

**Projeto temático:** *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

**Fluxo:** direitos.

## Medições: Índice Gini

O tema das desigualdades sociais tem assumido uma relevância crescente na política e também no meio acadêmico internacional. A sua principal dimensão discutida e analisada ao longo do século XX foi primordialmente a desigualdade referente à distribuição de renda e por isso há uma grande variedade de parâmetros de medição da desigualdade desta distribuição entre os países, estados e municípios do planeta. No entanto, a partir do século XXI constata-se que outras medições, tal como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice da Felicidade, passaram a vigorar com a finalidade de medir desigualdades não mais por meio da renda, mas sim pela chamada distribuição da empregabilidade e do empreendimento de si, ou seja, da capacidade de cada um, questão que ultrapassa a renda como parâmetro universal e passa a depender mais da disposição dos indivíduos em ocupar-se do que com das políticas econômicas de cada país.

De acordo com Frederico Cantante, em seu estudo “Medidas e métodos de medição das desigualdades de rendimento” publicado no Observatório das Desigualdades do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL)<sup>1</sup>, a medição estatística mais utilizada em âmbito internacional para comparar e analisar as desigualdades é o coeficiente de Gini, mais conhecido como índice Gini. O índice varia entre 0 a 1 e é mais utilizado, em geral, para indicar níveis de desigualdade na distribuição de renda. Apresentado em pontos percentuais (coeficiente X 100, ou seja, 1 é igual a 100%), quando mais próximo do 1,

---

<sup>1</sup> Disponível em <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=128>>. Acessado em 23/01/2014.

maior é a incidência de desigualdade identificada devido a altas concentrações de renda localizadas em determinadas regiões do país<sup>2</sup>.

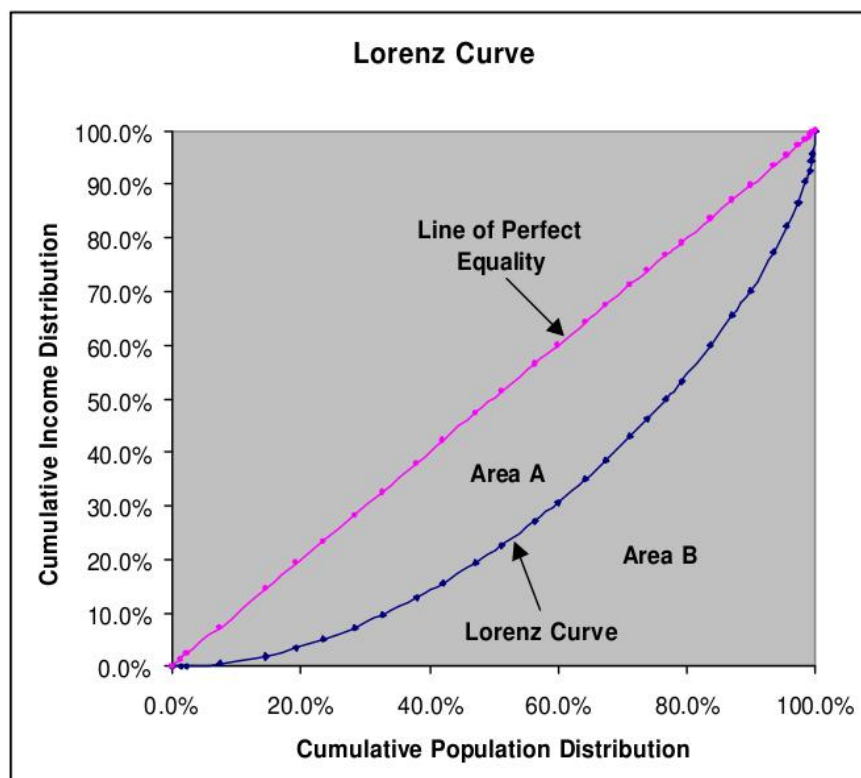
Apesar do índice Gini ser utilizado há muitos anos e ser tido como uma das medições mais seguras e importantes para análise da distribuição de renda dos países, há ressalvas para seus resultados devido ao método aplicado em cada país para coleta de dados. Por conta disso, os dados de distribuição não podem ser estritamente comparados, já que tal variação também implica em rentabilidades dos chamados mercados ilegais que não são contabilizadas. No entanto, o indicador não deixa de ser importante para análise, porque inclui as pessoas que dependem de programas sociais.

A medição do coeficiente Gini foi desenvolvida em 1912 pelo estatístico, demógrafo e sociólogo italiano Corrado Gini (1884-1965) e publicada na obra intitulada *Variabilità e mutabilità*.

Há uma fórmula que mede o coeficiente através dos pontos percentuais conforme pode-se observar na figura abaixo, onde o coeficiente mede a área entre a curva de Lorenz e a linha hipotética de igualdade absoluta, expressa na porcentagem da área máxima abaixo da linha.

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtml>. Acesso em 04/08/2013.



Neste exemplo, a linha horizontal representa a porcentagem total de pessoas, e a linha vertical a porcentagem total da renda da região a ser calculada. A linha diagonal representa uma igualdade perfeita entre pessoas e renda, sendo representada pela linha curva. Logo, segundo o gráfico a fórmula de Gini é:  $a / (a+b)$ .

Para realizar a medição do coeficiente de Gini se calcula com base na razão das áreas do diagrama da curva de Lorenz, gráfico utilizado para representar a distribuição relativa de uma variável em um domínio determinado. Numa escala de 0 a 1, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade de renda, como já mostrado anteriormente. Geometricamente, a curva de Lorenz é definida pela área A dividida pela soma das áreas A e B, isto é, em um extremo, quando a desigualdade é zero e a distribuição de renda é perfeita,  $A = 0$ ; e no outro extremo, quando a desigualdade é total e apenas um indivíduo acumula toda a renda, temos  $B = 0$ .

Em suma, a curva de Lorenz é a curva que se forma pela união dos pontos bi-dimensionais onde em um eixo está a proporção acumulada da renda apropriada e em outro a proporção acumulada da população. O grau de convexidade da curva em relação ao eixo AB indica o grau de desigualdade na distribuição da renda. Nesse sentido, quando a distribuição é perfeita, a Curva de Lorenz assume a forma de uma reta de 45°, pois a proporção da renda apropriada é sempre igual à proporção acumulada da

população, como por exemplo: 20% da população ganha 20% da renda. Na medida em que o ideal da reta de 45° vai se curvando, a distribuição da renda se torna mais desigual, isto é: uma proporção maior da população vai apropriando uma proporção menor da renda.

### **Desigualdade de renda ao redor do planeta**

Os países da América Latina apresentam grande concentração de renda e um alto grau de pobreza e desigualdade socioeconômica. O ressurgimento do tema da distribuição de renda vai de encontro às reformas neoliberais implementadas primordialmente a partir nos anos noventa no continente. Conforme Paulo Nogueira Batista (1994), neste período o Brasil e outros países da América Latina passaram a adotar o pacote de medidas sugerido por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, de modo que esses países passassem a seguir o modelo neoliberal chamado Consenso de Washington.

Criado em 1989, o Consenso se tornou a política oficial do FMI em 1990 por estabelecer um conjunto de medidas para acelerar o crescimento econômico por meio da abertura dos fluxos de capitais internacionais. No entanto, este mesmo Consenso é apontado como peça fundamental do aumento da desigualdade e, por conta disto, uma nova ênfase passou a residir no Banco Mundial, sendo ela a necessidade de políticas diversificadas, reformas seletivas e necessidade de experimentação no setor.

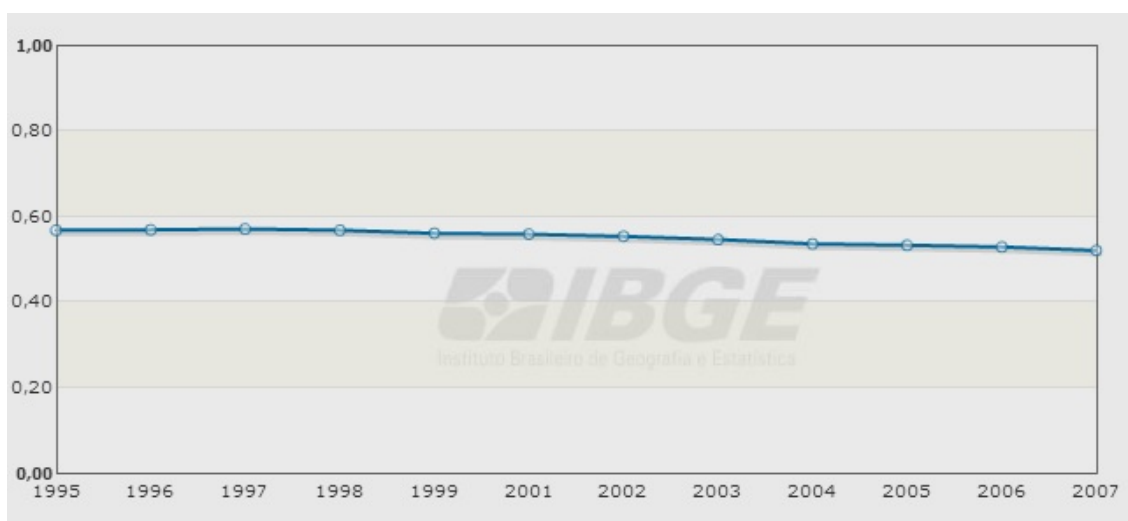
Esta breve retomada ao Consenso de Washington foi feita aqui somente para sinalizar uma das medições que estabelecem índices de desigualdade e servem de base para a criação de políticas como essa. O índice de Gini aparece então como uma medição importante, pois seu resultado final indica quais são os países alvo de novas estratégias intervencionistas no âmbito social, político e econômico. A construção do bloco econômico G20 (grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo somado à União Européia), por exemplo, demonstra tal “preocupação” em intervir nas economias que estão para trás conforme veremos logo adiante com base em resultados do índice de Gini.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2012, o Índice de Gini do Brasil foi de 52,2<sup>3</sup>. Esse número demonstra que o país, apesar de avançar no índice em relação aos levantamentos anteriores (54,8 em 2008, por exemplo), ainda apresenta uma alta concentração de renda.

Outros números são apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão que aplica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para obter informações anuais sobre

características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados (Cf. PNAD)<sup>4</sup>.

Para observar essas diferenças em relação aos números finais do coeficiente Gini, podemos analisar os dois gráficos seguintes<sup>5</sup>.



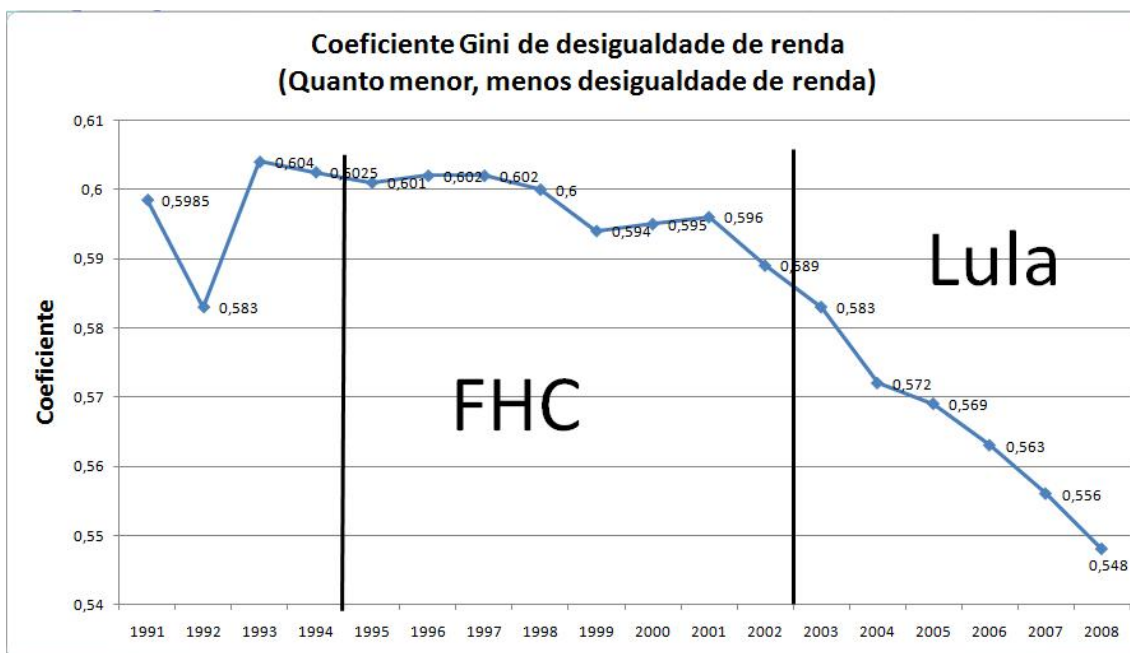
<sup>3</sup> Em pesquisa realizada em outros sites, consta-se que há variação nos resultados apresentados. Os dados aqui utilizados estão disponíveis em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16494](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16494)>. Acessado em 08/08/2013.

<sup>4</sup> Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>. Acessado em 11/08/2013.

<sup>5</sup> Não foi possível encontrar gráficos ou informações completas para criar os gráficos com o mesmo recorte do período, nesse sentido, optou-se por um gráfico gerado por uma plataforma on-line no IBGE que estivesse enquadrado no período selecionado pela tabela apresentada pelo Ipea.

1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
0,567	0,568	0,57	0,567	0,56	0,558	0,553	0,545	0,535	0,532	0,528	0,52

Fonte: IBGE, plataforma on-line.



Fonte: IPEA, 2008.

Ao tomar o segundo gráfico acima, pode-se observar que houve queda no índice Ginide 2001 para 2008. Tal queda também pode ser notada no primeiro gráfico, no entanto a partir de 1998. A queda da desigualdade brasileira, em especial a queda contínua durante o governo Lula, foi a maior em meio século e também a maior da história do país em período tão curto (oito anos). No entanto, mesmo após este declínio no indicador de desigualdade, a concentração de renda brasileira ainda é considerada alta pelas diretrizes internacionais do desenvolvimento<sup>6</sup>, já que o número ideal deve se aproximar ao máximo do 0.

<sup>6</sup> Disponível em <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE87K06F20120821>>. Acessado em 25/01/2014.

Há também uma discussão intensificada em torno da pobreza extrema em oposição ao da desigualdade que de acordo com o documento *Pobreza, desigualdade e políticas públicas* (Ipea, 2010) “em todos os períodos de tempo considerados, a taxa de pobreza cai mais rapidamente que a diminuição na medida de desigualdade. O que significa dizer que o combate à pobreza parece ser menos complexo que o enfrentamento da desigualdade de renda” (Ipea, 2010: 08).

Por conta deste cenário, visto como positivo mas que ainda necessita de avanços, o Brasil foi analisado na pesquisa *Deixados para trás pelo G20?* realizada pela Oxfam (2012) como o país de maior eficácia no combate a pobreza mesmo sendo o segundo país mais desigual entre o G20. A pesquisa mostra que os países mais desiguais são os países considerados emergentes, tal como Brasil, África do Sul, México, Rússia, Argentina, China e Turquia que apresentaram os piores resultados. Já os Estados com maior igualdade na distribuição de renda, segundo a pesquisa, são economias consideradas desenvolvidas por apresentar uma renda maior, tal como a França, Alemanha, Canadá, Itália e Austrália.

Sobre o Brasil, especificamente, o estudo da Oxfam Internacional<sup>7</sup> cita dados que apontam a saída de 12 milhões de brasileiros da pobreza absoluta entre 1999 e 2009 e prevê que, se o Brasil crescer de acordo com as previsões do FMI (3,6% em 2012 e acima de 4% nos anos subsequentes) e mantiver a tendência de redução da desigualdade e de crescimento populacional, o número de pessoas pobres cairá em quase dois terços até 2020, sendo 5 milhões de pessoas a menos na linha da pobreza. No entanto, se houver um aumento da desigualdade nos próximos anos, nem mesmo um forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) poderá retirar um número significativo de brasileiros da pobreza.

Mesmo diante de um panorama apresentado como favorável, como este do Brasil, é cobrado do G20 uma postura que gere um *crescimento inclusivo* para todos os países que pertencem ao grupo já que os mercados se mostram capazes de gerar empregos, mas não uma redistribuição das rendas.

O G20 está empenhado em apoiar o crescimento equitativo e sustentável. Porém, dados recentes mostram que é preciso haver

---

<sup>7</sup> A Oxfam <http://www.oxfam.org/> é uma confederação internacional de 17 organizações que trabalham em conjunto com 92 países em prol de “um movimento global de mudança que construa um futuro livre da injustiça e da pobreza”.

muitas mudanças para que eles realmente consigam cumprir este compromisso. (...) A desigualdade de renda está crescendo em quase todos os membros do G20, embora ela esteja em queda na maioria dos países de baixa e de média-baixa renda (Oxfam, 2012: 02)

Segundo o documento, são grandes os desafios para se atingir o *crescimento inclusivo* e se os países que apresentam altos índices de desigualdade não receberem atenção do G20, será impossível estabelecer um crescimento sólido que impeça o crescimento da pobreza. No entanto, o grande problema colocado pela Oxfam é do de uma “expansão econômica ambientalmente insustentável” já que os países do G20 consomem quase todos os recursos naturais que o planeta é capaz de repor a cada ano (95% da biocapacidade do planeta disponível a cada ano é utilizada pelo G20). Junto a isso, a economia global utiliza os recursos naturais do planeta mais rápido que sua capacidade de se restabelecer. Isso leva todo o planeta em direção a mudanças climáticas, devastando recursos naturais dos quais os pobres utilizam como meios de subsistência. Diante desta situação, o documento indica que o crescimento não chegará aos pobres mesmo sendo eles os prejudicados pela expansão devido à degradação ambiental.

Em 2010, o G20 comprometeu-se a promover um crescimento econômico inclusivo e sustentável. Eles argumentaram que “para a prosperidade ser sustentável, ela deveria ser compartilhada” e também comprometeram-se com o “crescimento ecológico”, que promete desvincular a expansão econômica da degradação ambiental. Mas os países do G20 ainda têm de avançar bastante para alcançar este objetivo (Oxfam, 2012: 03).

Por esta razão, o documento pretende funcionar como uma diretriz aos formuladores de políticas para que o G20 alcance o que propôs, começando a praticar o que o próprio grupo prega e superar os desafios existentes para atingir a igualdade e a sustentabilidade imediatamente. Nesse sentido, o documento parte de uma análise do crescimento econômico para mostrar como a tendência de combater a pobreza sem reduzir a desigualdade de renda, combinada com a incapacidade dos países em ajustar altas rendas com o uso sustentável dos recursos naturais, é um modelo de desenvolvimento perigoso.

Outro relatório da Oxfam, *Tierra y Poder* (2011) mostra em detalhes como os pobres dependem mais dos recursos naturais ao mesmo tempo em que vivem em locais



afetados pelas mudanças climáticas<sup>8</sup>, desta maneira, cobra-se uma postura para que os países atuem dentro dos limites sustentáveis do desenvolvimento.

Ao partir de estudos específicos, o relatório *Deixados para trás pelo G20?* aponta que enquanto países de renda média têm conseguido aumentar seu PIB sem aumentar em grandes proporções as emissões de carbono, países de renda alta, em geral, apresentam um desempenho ruim neste sentido por não conseguirem reduzir a emissão de carbono desde a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro (Eco 92), evento que realizou um balanço dos problemas sociais e ambientais da época e resultou em documentos que ainda hoje são de grande visibilidade em meio as diretrizes internacionais, como a *Carta da Terra*<sup>9</sup> e a assinatura da *Agenda 21 brasileira*<sup>10</sup>.

Para conhecer a demanda da população sobre os recursos naturais, a Oxfam criou uma medição chamada *pegada ecológica*. Esta medição funciona como um indicador que se baseia em dados da ONU internacionalmente comparáveis com o objetivo de

acompanhar as demandas da humanidade sobre a natureza, em termos de área terrestre e marítima necessárias para atender a demanda das pessoas por alimentos, fibras, madeira, energia e assentamentos e de absorver o dióxido de carbono emitido. Esta demanda é então comparada com a biocapacidade do planeta – sua capacidade de regenerar aqueles recursos ano após ano, com base na terra cultivável disponível, pastos, florestas, zonas de pesca e na área terrestre que seria necessária para isolar as emissões de dióxido de carbono (Oxfam, 2012: 13).

Cobra-se neste relatório uma postura de liderança dos países desenvolvidos para que atuem de maneira mais rápida e eficaz em prol de desvincular o crescimento do PIB do uso de recursos naturais e, por conseguinte, da denominada degradação ambiental. No entanto, ressalta-se que o monitoramento deve ser feito por todos, tal como as reformas devem ser acompanhadas por políticas protetoras das “comunidades mais vulneráveis”.

---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp151-land-power-rights-acquisitions-220911-es.pdf>> Acessado em 14/08/2013.

<sup>9</sup> Disponível em <[http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos\\_fluxos/doc\\_principais\\_ecopolitica/carta\\_terra\\_2000.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/carta_terra_2000.pdf)>. Acessado em 18/08/2013.

<sup>10</sup> Disponível em <[http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos\\_fluxos/doc\\_principais\\_ecopolitica/Agenda21%20Brasil.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Agenda21%20Brasil.pdf)>. Acessado em 18/08/2013.

As recomendações da Oxfam para atingir um crescimento inclusivo devem ser adaptadas a cada contexto nacional, desde que haja “vontade política” e que sigam determinados pontos de partida, tais como:

Transferências redistributivas; investimento em acesso universal a saúde e educação; taxação progressiva; remoção de barreiras aos direitos iguais e às oportunidades para as mulheres; mudança na posse da terra, garantindo o acesso adequado à terra e a outros recursos, e investimento nos pequenos produtores de alimentos (Idem: 05).

Está presente ainda neste documento não só a discussão em torno de um crescimento inclusivo como também de um *crescimento sustentável*. Segundo o relatório, superar a desigualdade não é o suficiente para garantir um “futuro próspero para todos”, pois a devastação dos recursos naturais pela atividade econômica é também uma preocupação imediata. Sugere-se como uma dos pontos de partida ao *crescimento sustentável* um conjunto de políticas propostas pela Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 ocorrida em 2012, que incluem:

Investimento em bens públicos, tais como pesquisa e desenvolvimento em energia limpa; isenções fiscais, subsídios e outros incentivos para canalizar investimentos privados onde eles são mais necessários; taxar aquilo que for indesejável, tais como emissões de gases de efeito estufa, para direcionar as atividades econômicas para alternativas mais sustentáveis; regulação para impedir que empresas poluam ou incentivá-las a fornecer bens e serviços que do contrário elas não fariam (Ibidem: 06).

Junto a isto, é cobrado que o G20 tenha uma liderança maior na Convenção-Quadro da PNU sobre Mudança Climática (UNFCCC), devendo:

- Garantir que os países desenvolvidos cumpram, como primeiro passo, com todas as suas atuais promessas de mitigação para 2020, e deem garantias que as finanças para mitigação no longo prazo serão mobilizadas para ajudar os países em desenvolvimento a implementar seus compromissos mais ambiciosos.
- Chegar a um consenso sobre as divisões justas dos cortes de emissões globais necessários para evitar um aquecimento global superior a 1.5°C.
- Negociar um acordo sobre novas e confiáveis fontes de longo prazo de finanças climáticas, particularmente a cobrança de um preço justo sobre a emissão de carbono do transporte marítimo internacional, com um mecanismo de compensação para países

em desenvolvimento e taxas sobre transações financeiras em países desenvolvidos (Ibidem: 06).

Em análise dos aspectos da desigualdade de renda dentro dos países, o relatório da Oxfam traz três argumentos econômicos em prol de políticas que favorecem a igualdade, são elas:

1. Os efeitos do crescimento que reduzem a pobreza são limitados pela desigualdade.
2. A redução da desigualdade oferece um duplo dividendo: reduz a pobreza diretamente e torna o crescimento futuro mais favorável aos pobres.
3. A desigualdade é uma barreira ao crescimento.

No segundo item fica marcado que é possível reduzir a desigualdade de renda mesmo na ausência de crescimento. O relatório traz uma análise feita por Ferreira e Ravallion ao Banco Mundial em que se constatou que os países com uma desigualdade de renda baixa reduzia a pobreza em 4% a cada 1% de crescimento econômico, enquanto nos países com altos índices de desigualdade, em geral, o crescimento não apresenta nenhum impacto sobre a pobreza.

O terceiro item diz respeito à desigualdade ser uma barreira ao crescimento, o relatório procura desfazer o mito em torno da chamada curva de Kuznets, em referência a Simon Kuznets, que trabalha com tese de que o crescimento econômico inicialmente viria acompanhado por uma grande desigualdade, mas que ao final levaria a uma maior igualdade. Sustentava-se então um argumento em que a desigualdade favorecia o crescimento por conta da concentração de renda promover um excesso de riqueza destinada para investimentos. Economistas como Nicholas Kaldor e Michal Kalecki foram grandes defensores deste discurso nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo.

Diante este quadro, a Oxfam argumenta

que a desigualdade impede que os indivíduos realizem investimentos produtivos ou aproveitem seu potencial produtivo. Quando, por exemplo, a desigualdade prejudica os mercados de crédito até o ponto em que apenas a elite rica possui o capital necessário para ter acesso a crédito, muitos investimentos potencialmente produtivos daqueles agentes menos ricos não acontecem. (...) Semelhantemente, uma profunda desigualdade de renda ou de poder pode negar o acesso a educação e a serviços de saúde de um grande número de pessoas. Além de ser uma violação dos direitos a educação e saúde, isto significa que

apenas uma minoria da população é capaz de desenvolver sua capacidade integral. (...) Existe também muita evidência de que a desigualdade contribui para uma fraca coesão social, instituições precárias e governança ruim, e que isto, por sua vez, é um sério obstáculo para o crescimento econômico. (Ibidem: 11).

Há ainda outros argumentos em torno desta discussão que vão de encontro à participação dos cidadãos nos governos, pois para a Oxfam um dos pontos cruciais da falta de crescimento é a desigualdade como fator limitador tanto da capacidade de participação da população como do surgimento de instituições que promovam o crescimento. Tomando estes argumentos, o relatório busca então apontar caminhos para que todo o planeta reduza a pobreza por meio de uma melhor distribuição de renda (isto é, atingir em cada país o número mais próximo de zero na medicação do índice Gini), aumente a capacidade de crescimento e melhore as perspectivas de modo ambientalmente sustentável.

Todas essas cobranças voltam-se também para outros blocos econômicos, tal como o BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Isso pode ser observado a partir de pesquisa realizada pelo Observatório das Desigualdades<sup>11</sup> e publicada no estudo *BRICS: desigualdades sociais nos países emergentes* de Maria Silvério. O estudo se aproxima muito do relatório da Oxfam por considerar ser preciso promover mudanças sociais profundas e imediatas para que o desenvolvimento econômico avance junto com a redução da desigualdade de renda.

A importância de uma análise aprofundada das desigualdades sociais dos BRICS se dá não somente pelo crescimento econômico acelerado, como também pela relação direta entre mudanças sociais internas e desigualdades globais. Quando se prevê que os BRICS serão responsáveis por grande parte da riqueza mundial das próximas décadas, não se pode deixar de refletir o impacto de tais transformações nas questões sociais do planeta, já que quase metade da população mundial vive nos BRICS (Silvério, 2012).

Isso demonstra como, a partir de medições como o coeficiente Gini, por exemplo, organizações, instituições, ONGs, etc. com seus informativos, cartilhas e

---

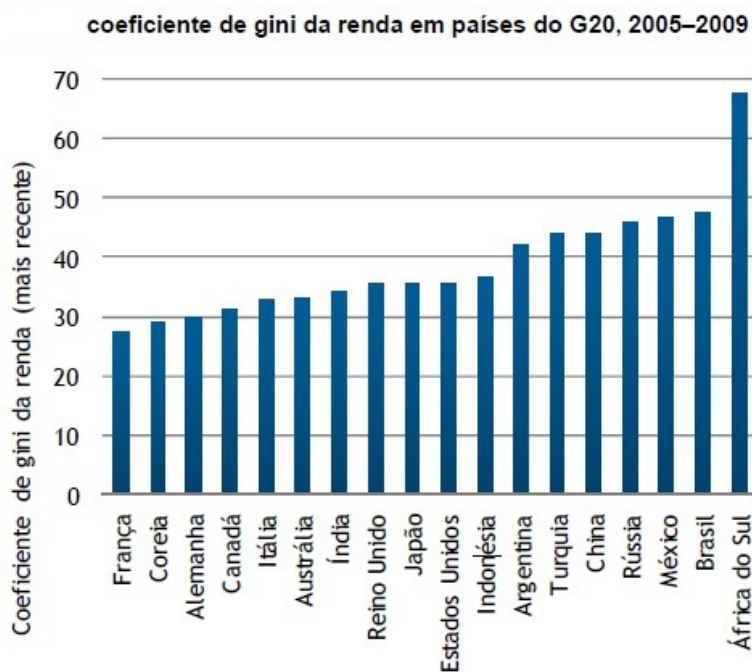
<sup>11</sup> Estrutura constituída em conjunto com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica, tendo por instituições parceiras o Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) e o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA).

diretrizes constroem discursos que são rapidamente absorvidos por acadêmicos e se tornam em conjunto um exercício de pressão sob governos. A erradicação da pobreza e a busca por justiça social e igualdade de renda são lemas dos mais variados planos estratégicos que se refazem a cada meta não atingida em busca de um futuro melhor onde a participação de cada indivíduo é primordial.

\*\*\*

Para elaborar o boletim de desempenho sobre desigualdade de renda presente no relatório *Deixados para trás pelo G20?*, a Oxfam utiliza um banco de dados de **Solt** sobre *Desigualdade de Renda Mundial Padronizada*. Este banco de dados oferece uma medição comparativa especificamente para a desigualdade de renda por meio de coeficientes de Gini e compara a desigualdade na renda familiar líquida dentro de um país.

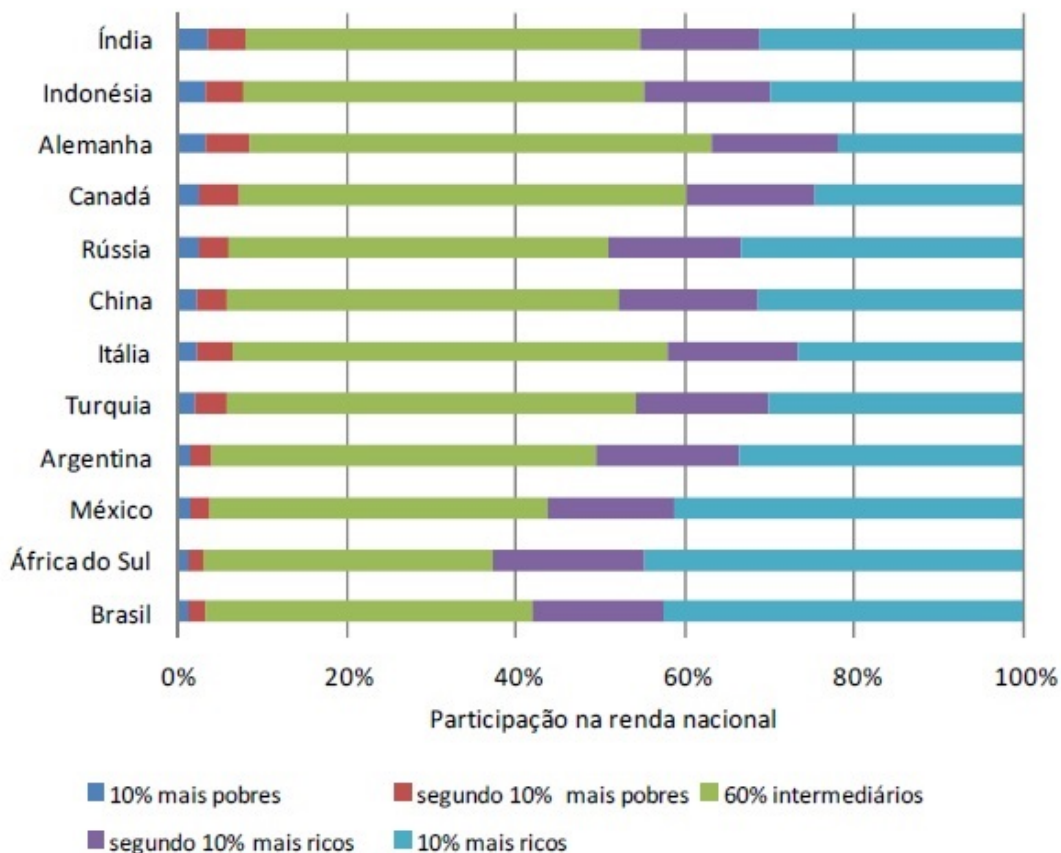
Dos resultados apresentados no documento, vale ressaltar a França como país com menor desigualdade e a África do Sul como o país mais desigual entre o G20, tal como pode-se observar no gráfico abaixo.



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos de F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0

A figura seguinte mostra como a renda de cada país está dividida.

Participação na renda em países do G20, 2000–2009



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, <http://data.worldbank.org>.

Consta-se a partir deste quadro que a participação na renda dos 10% mais pobres da população é frequentemente muito baixa, muitas vezes tão baixa que chega a ser 1%. Enquanto isto, os 10% mais ricos usufruem de uma participação muito grande, excedendo a 40% de toda a renda em alguns casos. No quadro geral, pode-se observar que as economias de mercado emergente, tais como África do Sul, Brasil, México, Rússia, Argentina, China e Turquia são os países mais desiguais, enquanto os mais igualitários são as economias entendidas como desenvolvidas por apresentarem uma renda superior à média, tal como França, Alemanha, Canadá, Itália e Austrália.

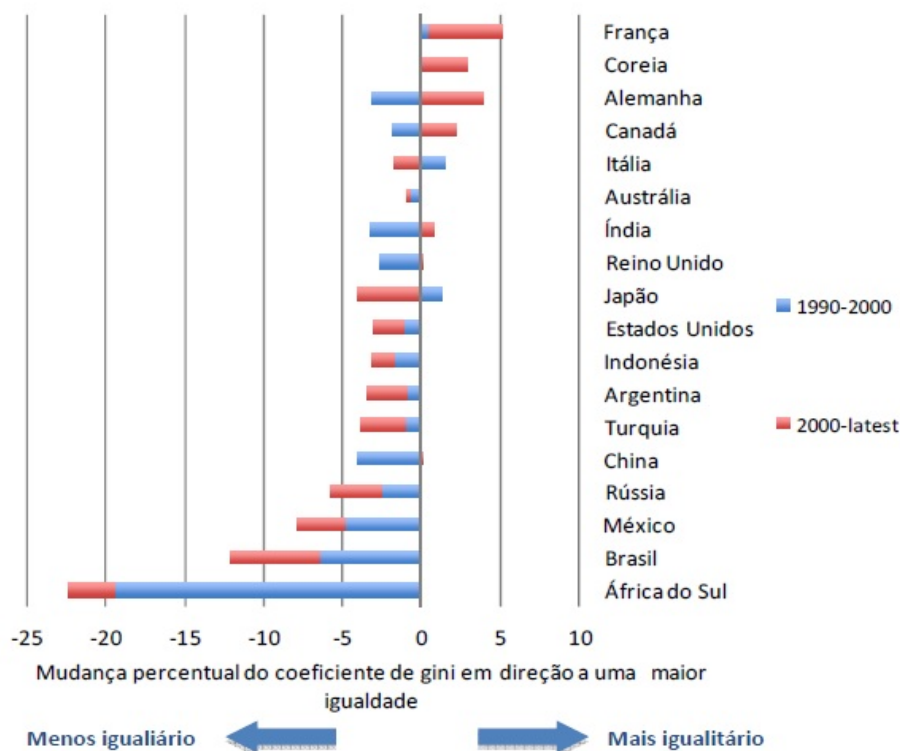
Porém, o quadro é muito diferente quando consideramos quais países estão reduzindo a desigualdade e onde ela está aumentando. Isto mostra que os países mais ricos têm muito

mais motivo para se preocuparem. De acordo com nosso conjunto de dados, os únicos quatro países do G20 que melhoraram a igualdade desde 1990 são economias de mercado emergente: Brasil, Coreia, México e Argentina. Brasil e Coreia conseguiram reduzir a desigualdade tanto durante a década de 1990 quanto durante a última década conforme eles cresciam (Oxfam, 2012: 18).

Sobre a redução da desigualdade concomitante ao crescimento de alguns países, a Oxfam destaca a importância dos programas de transferência de dinheiro por todas as regiões do país, tal como a política governamental do Brasil que atende as recomendações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ao “transferir fluxos de renda a famílias que vivem na pobreza e (...) promover investimento das famílias em capital humano da geração mais jovem para aumentar sua capacidade de gerar renda no futuro e quebrar o ciclo da transmissão intergeracional de pobreza” (PNUD, 2010 *apud* Oxfam, 2012). Soma-se a isto o aumento da taxa de emprego e de salários em países sob governos chamados de centro-esquerda.

Brasil, Coreia, México e Argentina, no entanto, são exceções, pois no quadro geral dos países do G20 o nível de desigualdade cresceu de 1990 a 2000 (ano em que os dados de todos os países membros do grupo de encontram disponíveis para consulta), tal como pode-se observar no quadro seguinte.

**Comparação da mudança percentual do coeficiente de gini da renda dos países do G20 durante duas décadas, 1990-2010**



Fonte: Gráfico compilado pela Oxfam utilizando dados extraídos de F. Solt (2010) "The Standardized World Income Inequality Database", <http://hdl.handle.net/1902.1/11992> Versão 3.0

No geral, observa-se então que a desigualdade entre os países do G20 é crescente. Contudo, países como Brasil, Coréia, México e Argentina são tomados pela Oxfam para demonstrar que o avanço em direção à igualdade é viável, sugerindo ainda que “um alto nível de desigualdade não é um corolário inevitável de uma taxa de crescimento em particular ou nível de desenvolvimento” (ibidem: 21), pois o relatório chama a atenção para as desigualdades não só de renda, como também de poder, riqueza e diferenças entre gêneros como fatores a serem analisados para os resultados do desenvolvimento.

Visando mostrar como a distribuição de renda ao tornar-se mais ou menos igualitária pode impactar na pobreza, a Oxfam partiu de três países como estudo de caso, sendo eles Brasil, México e África do Sul. Aqui, lança-se mão das informações somente sobre o Brasil. Dos resultados alcançados, a Oxfam mostra que o desempenho do Brasil, mesmo sendo um país com alto índice de desigualdade de renda (medido pelo coeficiente Gini) e com baixo crescimento, mostra-se capaz de reduzir a pobreza substancialmente ao tratar a desigualdade, pois com este enfoque enquanto o



*crescimento inclusivo* acelera parece ser viável erradicar virtualmente a denominada pobreza absoluta.

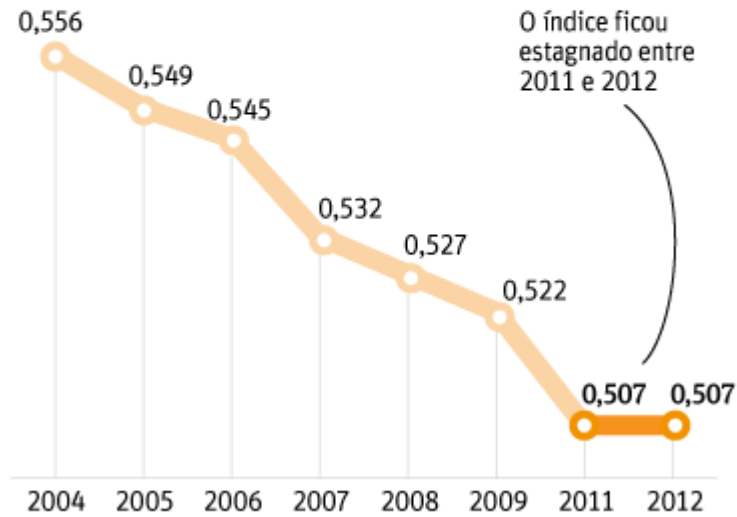
No entanto, pesquisa mais recente realizada pelo PNAD (IBGE) em 2012 mostra uma tendência inversa a dos últimos anos no Brasil. No quadro geral, o país estagnou seu índice de desigualdade medido pelo coeficiente Gini. O motivo apresentado pelo IBGE é que o rendimento das faixas com renda mais alta cresceu mais do que as faixas de menores rendas. Em especial houve crescimento vertiginoso para o 1% mais rico da população, tendo um crescimento de 10,8% na concentração de renda, enquanto a renda dos mais pobres cresceu 6,6%. Como consequência desta disparidade, o índice de Gini dos rendimentos do trabalho reduziu sua velocidade de queda e ficou em 0,498 em 2012. Em 2011, havia sido de 0,501 (uma diferença de apenas 0,03 pontos percentual). Além de tal estagnação, houve piora da distribuição de renda no Nordeste, sendo esta a única região do país com aumento do índice<sup>12</sup>. Na imagem abaixo é possível visualizar com maior precisão estas informações:

---

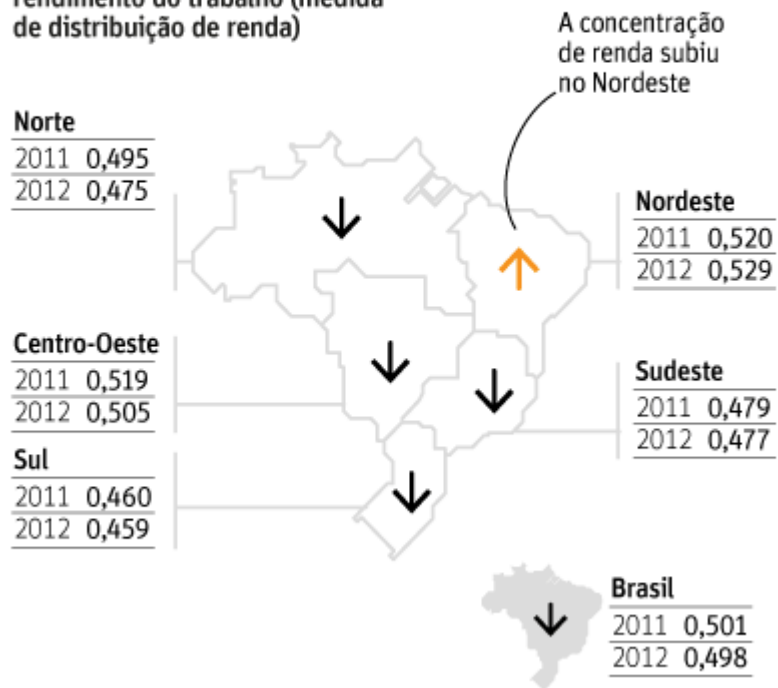
<sup>12</sup>"Queda da taxa de desigualdade fica estagnada, dizem dados do IBGE" por Pedro Soares e Mariana Sallowicz. Folha de S. Paulo, edição on-line de 27/09/2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1348185-queda-da-taxa-de-desigualdade-fica-estagnada-dizem-dados-do-ibge.shtml>>. Acessado em 04/01/2014.

# DESIGUALDADE

Evolução do Índice de Gini do rendimento de todas as fontes\*\*\*



Evolução do Índice de Gini do rendimento do trabalho (medida de distribuição de renda)



No entanto, esses dados quando comparados à pesquisa realizada pelo IPEA também no ano de 2012, mais uma vez constata-se informações divergentes. De acordo com o presidente no IPEA, Marcelo Neri, em entrevista a TV do Governo Federal (NBR)<sup>13</sup>, houve queda da desigualdade desde 2001, partindo de dados que sinalizam que a renda dos 10% mais pobres cresceu 5 vezes mais que a renda dos 10% mais ricos. O resultado deste quadro apontado por Neri é de que a pobreza caiu pela metade em 10 anos e assim a meta do milênio<sup>14</sup> de reduzir a pobreza foi cumprida pelo Brasil. Embora este quadro já se mostre diferente no ano de 2013, onde o IPEA sinaliza um quadro de esgotamento das políticas de transferência de renda no país<sup>15</sup>, tal como o Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família integra o Plano Brasil sem Miséria (com o slogan “É o Estado chegando onde a pobreza está”), coordenado pela Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, que tem como objetivo garantir renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. Atua há 10 anos<sup>16</sup> como um programa de transferência de renda direta à famílias que se encontram em situação de pobreza no Brasil e possui três eixos principais de atuação: “transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade”<sup>17</sup>. A seleção das famílias que recebem a bolsa é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e sua gestão é descentralizada e compartilhada entre União, estados, Distrito federal e municípios, sendo que todos devem trabalhar em parceria para “aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução” do programa.

---

<sup>13</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ThqfB75Npcs>> Acessado em 05/01/2014.

<sup>14</sup> Em 2000 a União das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 8 metas a serem atingidas no novo milênio, chamado no Brasil de “8 jeitos de mudar o mundo”. A primeira destas 8 metas é a acabar com a fome e a miséria no planeta. Disponível em <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>. Acessado em 26/01/2014.

<sup>15</sup> Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19974&Itemid=75](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19974&Itemid=75)>. Acessado em 05/01/2014.

<sup>16</sup> O programa completou 10 anos em outubro de 2013 e em comemoração criou um web site com o slogan “10 anos de Bolsa Família: nossa vida melhorou” com infográficos, vídeos, linha do tempo, histórias de pessoas que recebem a bolsa e informações sobre debates que ocorreram no mês de lançamento da campanha (ver: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/>). Junto a isso, lançou o livro “Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania” (ver: [http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/WEB\\_Programa-Bolsa-Familia-2.pdf](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/WEB_Programa-Bolsa-Familia-2.pdf)).

<sup>17</sup> Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acessado em 06/01/2014.

Sob a justificativa de que cidade e campo possuem diferentes demandas o programa tem o objetivo de aumentar a produção dos agricultores no campo e, na cidade, identificar oportunidades que gere renda e qualificar a mão de obra por meio do Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (Pronatec). A oferta de cursos profissionalizantes é gratuita e as pessoas que o realizam recebem alimentação, transporte e todos os materiais escolares necessários para a conclusão do curso sem deixar de receber a Bolsa Família. De acordo com o PNUD, o estudo *Transferir renda custa pouco e vale muito*<sup>18</sup>, até 2007 o Bolsa Família foi responsável por 17% da queda do índice Gini no país.

O Plano Brasil sem Miséria é composto ainda por outros tipos de bolsa, uma delas é o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mais conhecido como Bolsa Verde. O objetivo desta bolsa é: “incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; promover a cidadania; melhorar as condições de vida e elevar a renda população beneficiária; e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional”<sup>19</sup>. Interessa destacar esta bolsa por conta da associação, já sinalizada anteriormente, entre *crescimento inclusivo e crescimento sustentável*. Esta relação é atualmente indissociável para governos, empresas e instituições, sendo outra das metas globais em prol do desenvolvimento.

Retomando o relatório *Deixados para trás pelo G20?*, há nele uma sessão dedicada somente ao desempenho dos países no que diz respeito à sustentabilidade, tal como apontado anteriormente por meio da combinação entre sustentabilidade e crescimento econômico. Nesta sessão encontram-se informações sobre a Eco 92 e o que se esperava da Rio+20, já que o relatório foi redigido antes da Conferência realizada em junho de 2012. Sobre este último evento, a Oxfam afirma ser uma reunião importante para se avaliar progressos e definir novos caminhos a seguir pelas nações, apostando expectativas de que o evento seria um ponto de virada em direção ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais. Vale ressaltar que este caminho, na visão da Oxfam, precisa “assumir compromissos concretos com um plano de ação para a próxima década

---

<sup>18</sup> Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1620>>. Acessado em 06/01/2014.

<sup>19</sup> Disponível em <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/bolsa-verde/beneficiarios/bolsa-verde>>. Acessado em 06/01/2014.

em diante, que faça com que as economias mudem para um modelo sustentável, equitativo e resiliente” (Oxfam, 2012: 24).

O declaração final redigida pela Rio+20, *O Futuro que Queremos*, traz esta questão sinalizada pela Oxfam no tópico “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” com a seguinte conclusão:

Afirmamos que existem diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões, que é o nosso objetivo primordial. Neste sentido, consideramos a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, como uma das importantes ferramentas, disponíveis para alcançar o desenvolvimento sustentável, que poderia oferecer opções para decisão política, sem ser um conjunto rígido de regras. Ressaltamos que a economia verde deve contribuir para a erradicação da pobreza e para o crescimento econômico sustentável, reforçar a inclusão social, melhorando o bem estar humano, e criar oportunidades de emprego e trabalho digno para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra (ONU, 2012: 11).

A sessão trabalhada pela Oxfam traz ainda informações sobre *crescimento verde* e diretrizes para que o crescimento econômico sustentável seja possível em escala planetária. Para tal, o primeiro passo seria então atingir um menor uso dos recursos naturais enquanto o PIB continue a crescer, o que é chamado de *desvinculação absoluta*. Essa desvinculação é proposta para que os prejuízos ambientais possam ser prevenidos antes de se tornarem problemas irreversíveis.

O documento afirma que o caminho atual do G20 está na direção errada, mas que a redução da desigualdade está no alcance dos formuladores de políticas deste grupo por meio de programas abrangentes e por isso dá as diretrizes, expostas anteriormente aqui, para se atingir um verdadeiro *crescimento inclusivo*.

Todas as evidências sugerem que os formuladores de políticas devem dedicar mais atenção à desigualdade. Ela tem sido associada a um amplo conjunto de males sociais, incluindo crime e falta de confiança, e sua redução oferece um triplo dividendo: ela pode reduzir diretamente a pobreza, aumentar a capacidade de um crescimento futuro reduzir a pobreza e

melhorar as perspectivas do próprio crescimento (Oxfam, 2012: 38).

Por fim, outro item que ganha destaque ao final do relatório são os direitos e interesses dos chamados vulneráveis, pois estes devem ser tratados de maneira que o crescimento econômico não os atinja. Nesse sentido se propõe além do *crescimento inclusivo*, um efetivo *crescimento sustentável*.

Os conceitos de vulnerabilidade e resiliência aparecem no relatório como classificações de pessoas e regiões que demandam políticas especiais, funcionam como um duplo que passa por intervenções atreladas à adaptações e superações tidas como necessárias à questões, tanto socioambientais, quanto de desempenhos de cada indivíduo. É pela noção de vulnerabilidade que se orientam os indicadores de onde ela está e onde pode ocorrer, tanto com pessoas como em lugares. O índice Gini aparece então como uma medição importante a ser observada, pois conecta por meio dos resultados da distribuição de renda uma variedade de classificações que estabelecem novas formas de conduzir as denominadas adversidades.

A desigualdade como fator negativo para o desenvolvimento humano está expressa no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. Nele, há uma sessão dedicada ao atraso do desenvolvimento humano causado pela desigualdade, não pela desigualdade de rendimento como vimos até aqui, mas sobretudo pela desigualdade de acesso à saúde e educação. Para mostrar a existência de um relação inversa entre desigualdade e a subsequente melhoria no desenvolvimento humano, a partir de uma investigação do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) que recorreu a dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2012 relativos a 132 países, a análise mostra os efeitos da chamada desigualdade multidimensional no IDH e em cada um dos seus componentes (saúde, educação e rendimento) relacionados à quatro variáveis explicativas: desigualdade geral no desenvolvimento humano, desigualdade na esperança de vida, desigualdade no nível de escolaridade e no rendimento per capita. Para chegar aos resultados

Foi utilizada uma regressão diferente para cada variável explicativa, e todas as regressões incluíram variáveis artificiais (*dummy*) para controlar o nível de desenvolvimento humano (baixo, médio, elevado e muito elevado) (PNUD, 2013: 31)

Pode-se concluir a partir disso que

A desigualdade geral em termos de desenvolvimento humano, a desigualdade na esperança de vida e a desigualdade nos níveis de escolaridade mostraram uma correlação negativa altamente significativa do ponto de vista estatístico (ao nível de 1%), porém, a desigualdade no rendimento *per capita* não evidenciou qualquer correlação. Os resultados obtidos foram sólidos relativamente a especificações diferentes, incluindo, por um lado, os grupos de países com desenvolvimento humano baixo e médio e, por outro, os países com desenvolvimento humano elevado e muito elevado (Idem).

No relatório, o PNUD destaca que os governos precisam usufruir da atual dinâmica de crescimento e se engajar em políticas que sejam capazes de converter o aumento do rendimento em real desenvolvimento humano, tal como saber aproveitar políticas que desenvolvam as capacidades humanas e também de produção interna. Ressaltando que as previsões a nível global ainda são incertas, chama-se atenção para que reformas adequadas incluam uma mudança na orientação política, assim como fora apresentado pela Oxfam a necessidade de vontade política para se atingir o desenvolvimento humano sustentável.

A Oxfam publicou o livro de Duncan Green *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo*. Nele, a já citada importância de participação da sociedade civil para dar fim a pobreza, a desigualdade e ameaça de catástrofes ambientais que os classificados como vulneráveis estão expostos é trabalhada detalhadamente. Estes três objetivos são entendidos tanto pela organização como pelo autor como os principais desafios do século XXI. Cobra-se nesta publicação um “novo acordo global” para a redistribuição de poder, participação, oportunidades e ativos. Na visão da Oxfam, é possível alcançar tudo isso a partir de uma combinação de “cidadãos ativos e Estados efetivos”.

Por que uma cidadania ativa é necessária? Porque para que as pessoas possam viver com dignidade e que Estados, empresas e outros sejam responsabilizados por suas ações, é crucial que os cidadãos possam determinar o curso de suas próprias vidas, lutando por seus direitos e por justiça em suas sociedades. Cidadãos ativos constituem um ingrediente essencial para que os estados da atualidade trabalhem eficazmente para pôr fim à pobreza e à desigualdade em bases sustentáveis. Por que Estados efetivos? Porque a história revela claramente que nenhum país

prosperou sem um Estado capaz de administrar o processo de desenvolvimento ativamente (Oxfam, 2008: 01-02).

Neste discurso está expresso ainda que é por meio do mercado que se permite às pessoas sair da condição de pobreza e mudar de vida. E para que isso se viabilize indica-se que o poder não pode estar concentrado, pois isso impede que o desenvolvimento seja aproveitado por todos. No entanto, os mercados necessitam de “estados efetivos e cidadãos ativos” para que estes tomem medidas necessárias e façam o mercado produzir um tipo de benefício à população como um todo. A Oxfam clama por uma nova economia,

que disponibilize ferramentas que permitam aos países lograr um crescimento ambientalmente sustentável; que reconheça a importância do trabalho não remunerado, predominantemente realizado por mulheres; e que ataque a pobreza e a desigualdade. Para tanto, uma nova abordagem econômica deve ser adotada, baseada nos direitos e no bem-estar de pessoas e comunidades (Idem: 02).

A pobreza associada com a situação de vulnerabilidade faz com que a organização procure reconsiderar o significado da palavra segurança e seus meios para obtê-la. Para tal, propõe-se em oposição a uma abordagem militarizada, esforços integrais que tenham como base estruturante a auto-organização dos indivíduos somados a mecanismos de proteção que garantam a chamada “segurança humana”.

Uma segurança humana efetiva inclui esquemas de proteção social, como pensões e garantias de renda básica, que atuem como ‘amortecedores’ para pessoas em situação de pobreza; acesso ampliado ao sistema financeiro; e melhores condições para que famílias e comunidades em situação de pobreza possam fazer frente a desastres naturais, conflitos e outros choques. A urgência ficou maior em decorrência do impacto crescente das mudanças climáticas, principalmente para as comunidades mais afetadas pela pobreza (Ibidem: 02).

O alvo “da pobreza ao poder” é exposto como uma condição onde os países mais ricos, empresas e sociedade civil devem tomar a frente e assumir a responsabilidade de mudanças para um futuro melhor, visando “parar de prejudicar” em prol do desenvolvimento em nível global. Isto é tido como uma causa “louvável” pela organização. Mas não só por ela. *Da pobreza ao Poder* recebeu uma grande variedade de comentários elogiosos feitos por acadêmicos, tais como:



... A grande força da Oxfam reside na sua capacidade de transformar a indignação moral que a pobreza global provoca em medidas efetivas baseadas em pesquisas sólidas.(Dani Rodrik, Professor de Economia Política Internacional, Escola de Governo John F. Kennedy, Universidade de Harvard).

Green conseguiu, magistralmente, reunir todas as ferramentas que esperávamos em um só lugar: uma análise sólida de como as forças da globalização e do poder estão afetando pessoas em situação de pobreza no mundo, exemplos edificantes de como Estados efetivos e cidadãos esclarecidos estão moldando uma sociedade mais sustentável... e um mapa para um mundo melhor. Não se trata de Green nos dizendo o que fazer, e sim mostrando o que os melhores entre nós estão fazendo, indicando como lideram pelo exemplo e como podemos nos unir aos seus esforços. (Kevin P. Gallagher, Universidade de Boston e editor da publicação *Putting Development First: The Importance of Policy Space in the WTO and IFIs*).

Da Pobreza ao Poder oferece uma visão panorâmica e sofisticada de como o mundo muda e de como podemos mudá-lo, com base em um conjunto singular de entendimentos acadêmicos sólidos, uma efetiva experiência ativista e sagacidade política. Ele merece ser um padrão de referência para ativistas sociais e formuladores de políticas, bem como uma leitura obrigatória para estudantes de economia, política, sociologia e desenvolvimento. (Ha-Joon Chang, Faculdade de Economia, Universidade de Cambridge, e autor de *Kicking Away the Ladder e Bad Samaritans*).<sup>20</sup>

Temos aí a visão de acadêmicos que contribuem com a consolidação de um novo discurso baseado na participação da sociedade civil com base em um Estado efetivo, mas reduzido, para a manutenção e aperfeiçoamento da extração mais eficaz de capital humano, por meio da chamada *inclusão produtiva*, compatível à racionalidade neoliberal. Deste modo, por meio de medições e estatísticas, novas medidas com base nos cálculos de risco são exercidas pelos governos interessados no desenvolvimento capitalista sustentável. Não se trata mais de conservar parte da população sem recursos de subsistência, mas sim atingir metas globais que interessam à gestão empresarial de tudo e todos.

---

<sup>20</sup> Disponível em <<http://www.binokulu.com/wp-content/uploads/2011/09/Da-pobreza-ao-poder.pdf>>. Acessado em 05/01/2014.

## **Medições: Índice da felicidade**

Desde 1972, o rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck implantou em seu país uma fórmula baseada na doutrina budista para avaliar a felicidade dos indivíduos, relacionada ao bem-estar e à produtividade econômica, chamada Felicidade Interna Bruta (FIB) – nome que remete ao Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, o FBI é a medição que orienta as mudanças sociais, econômicas e políticas do país. Para DASHO KARMA URA, vice-presidente do Conselho Nacional do Butão e atual presidente do Centro para os Estudos do Butão fundado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para formular as análises estatísticas do FIB,

A felicidade é, e deve ser, um bem público, já que todos os seres humanos almejam-na. Ela não pode ser deixada exclusivamente a cargo de dispositivos e esforços privados. Se o planejamento governamental, e portanto as condições macro-econômicas da nação, forem adversos à felicidade, esse planejamento fracassará enquanto uma meta coletiva. Os governos precisam criar condições conducentes à felicidade, na qual os esforços individuais possam ser bem sucedidos.

A política pública é necessária para educar os cidadãos sobre a felicidade coletiva. As pessoas podem fazer escolhas erradas, que por sua vez podem desviá-las da felicidade. Planejamentos de política pública corretos podem lidar com tais problemas, e reduzi-los, impedindo assim que ocorram em larga escala<sup>21</sup>.

De modo geral, os indicadores do FIB butanês podem ser expressos por meio do símbolo de uma roda com seu cubo ao centro. Sendo o bem-estar, a felicidade e a satisfação com a vida as metas do FBI, meios para se atingir essa meta são então os raios da roda que representam as dimensões do bem estar psicológico, da educação, da saúde, do uso equilibrado do tempo, da diversidade cultural, da boa governança (para esse indicador está inclusa a liderança em vários níveis do governo: na mídia, no judiciário, na polícia e nas eleições), da vitalidade comunitária, da resiliência ecológica e do padrão de vida.

Nenhuma das dimensões acima é priorizada em relação às demais e por isso é justificado por fornecer uma estrutura política unificada que comporta todos os setores<sup>22</sup>. Para chegar aos resultados, o método butanês aplica 270 questões que se organizam nos nove domínios citados acima e desde 1972 esses levantamentos

---

<sup>21</sup> Disponível em <<http://felicidadeinternabruta.blogspot.com.br/>>. Acessado em 11/08/2013.

<sup>22</sup> Idem.

substituíram todas as pesquisas locais que estabelecem uma agenda política e econômica no país. O questionário somente não trata dos aspectos relacionados à distribuição de renda, conforme afirma o pesquisador do Centro de estudos do Butão, Tshokey Zangmo<sup>23</sup>.

Deste modo, com o aparecimento de uma economia focada no capitalismo sustentável e com crises econômicas ao redor do planeta, em especial a partir de 2008, a medição da felicidade como denominado bem público passou a ganhar repercussão mundial por meio de uma série de conferências internacionais que o Butão tem organizado, reunindo cientistas, economistas, psicólogos e outros pensadores. Como algumas pesquisas<sup>24</sup> revelam que pessoas felizes tendem a ser funcionários mais produtivos e ótimos para atuar em equipe, hoje a medição é vista pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um importante indicador ao desenvolvimento humano e sustentável, pois a felicidade é um “objetivo humano fundamental”<sup>25</sup>, embora ainda não haja modelo exato para esta medição. No Brasil, por exemplo, há tentativas de adequar o questionário para a realidade do país, mas ainda não há um modelo único para tal.

No relatório *Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha* publicado pela ONU em 2012 há uma sessão interessada em transformar o índice da felicidade em uma medição do progresso no planeta. No capítulo “Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável”, o item D “Estabelecer um marco comum para medir o progresso” conclui que

O produto interno bruto (PIB) tem dominado há muito tempo o pensamento econômico e tem sido o critério pelo qual são medidos o desempenho das economias nacionais e a eficácia dos políticos. Mas essa medida de sucesso tem sido cada vez mais desafiada por novos pensamentos – inclusive pelo Relatório Brundtland em 1987, o índice de desenvolvimento humano e a Comissão para a Medição de Desempenho Econômico e Progresso Social (...). Os esforços em diversos países para incluir a felicidade e o bem-estar nos indicadores de progresso nacional também são medidas importantes (ONU, 2012: 98).

---

<sup>23</sup> Disponível em <[http://www.istoe.com.br/reportagens/14228\\_QUAL+O+SEU+INDICE+DE+FELICIDADE](http://www.istoe.com.br/reportagens/14228_QUAL+O+SEU+INDICE+DE+FELICIDADE)>. Acessado em 05/01/2014.

<sup>24</sup> Disponível em <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT24495-16380,00.html>>. Acessado em 05/01/2014.

<sup>25</sup> Disponível em <<http://www.onu.org.br/politicas-publicas-devem-ser-voltadas-para-felicidade-e-bem-estar/>> e <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/onu-aprova-resolucao-classifica-a-felicidade-como-objetivo-humano-fundamental-20110719.html>>. Acessado em 11/08/2013.

Há uma série de conceitos que são apresentados pelas mais variadas organizações como necessários para a sobrevivência delas e do planeta. Em especial, conceitos como inovação, criatividade, competitividade, sustentabilidade, qualidade de vida, gestão compartilhada, etc. estão sempre presentes entre as palavras-chave dos itens “valores” ou “visão” propagados por organizações. Desenvolvidos inicialmente por acadêmicos por acadêmicos, esses conceitos se propagaram tanto no meio empresarial e institucional, quanto no âmbito governamental, servindo como indicadores a serem medidos. O mesmo hoje acontece com a palavra felicidade.

Desde o início dos anos 2000, um número cada vez maior de cientistas tem se dedicado para compreender a felicidade. Nesse sentido, a chamada "ciência da hedônica" vem sendo desenvolvida como uma disciplina para realizar pesquisa científica referente às fontes da felicidade humana e de medições desta que se destinam à governos, empresas<sup>26</sup>, instituições e cidadãos.

No Brasil, esse movimento iniciou-se com a ONG Mais Feliz que busca unificar esforços a fim de melhorar a educação no país. Em seu site (ver: <http://www.maisfeliz.org/>) afirma que o capital humano é a maior riqueza do Brasil e que pode se transformar em capital social quando todos passam a se envolver em uma causa de busca soluções para a sociedade. A Mais Feliz realiza projetos em busca de transformar os bairros, escolas e empresas. No artigo “Política da Felicidade” disponível no site da ONG, Denis Russo Burgierman afirma:

A ideia de que o papel do governo é deixar as pessoas felizes não é nova, claro. Qualquer um que seja versado em contos de fadas sabe que, desde o tempo do era uma vez, um bom rei é aquele cujo povo é feliz e próspero. Era assim na antiguidade, continuou a ser assim no estado moderno (Burgierman, 2010: 11).

De acordo a antropóloga, psicóloga e coordenadora no Instituto Visão Futuro<sup>27</sup> Susan Andrews, o FBI se apresenta como uma medida capaz de transformar a realidade

---

<sup>26</sup> Entre as grandes empresas brasileiras, a Natura e a Serasa são exemplos que adotaram a “política da felicidade” para seus funcionários. É possível citar aqui também as agências de publicidade que procuram deixar que seus funcionários tenham seus horários de trabalho flexíveis, assim como área de descanso e hora da massagem no próprio local de trabalho para que seus funcionários de sintam alegres e consequentemente se tornem mais criativos.

<sup>27</sup> O Instituto funciona em uma ecovila em Itapetininga (SP) e conta com voluntários espalhados por empresas e universidades para criar um questionário brasileiro “completo e único” que resulte no índice de felicidade da população do país e tenha uma margem de erro inferior a 5%. Projetos pilotos deste questionário já foram aplicados (ver: <http://www.visaofuturo.org.br/inicio.html>). Andrews é também

social por meio da compaixão e da interdependência<sup>28</sup>. Em sua perspectiva, assume que o sucesso material dos indivíduos com até determinado grau de riqueza traz mais felicidade, embora sinalize, por meio de alguns estudos, que a partir de uma determinada renda a riqueza já não é o item primordial para a felicidade. Para mostrar isso, Andrews toma como exemplo a sociedade estadunidense que teve redução no índice de felicidade, embora seu PIB tenha triplicado nos últimos 50 anos. Durante esse mesmo período constatou-se um aumento significativo no número de divórcios, de suicídios entre adolescentes, de crimes violentos e da população carcerária, sendo que está última quintuplicou.

Por exemplo, quando uma pessoa progride de um estado de absoluta pobreza para o atendimento de suas necessidades de sobrevivência, e desse nível de sobrevivência para uma vida confortável e, depois, para algum grau de luxo, sua felicidade de fato aumenta. Contudo, depois de certo ponto, mais bens materiais não trazem mais satisfação. O que importa a essa altura são os chamados "fatores não materiais", tais como companheirismo, famílias harmoniosas, relacionamentos amorosos e uma sensação de viver uma vida com significado. Nós, seres humanos, temos fome não apenas de alimento para o corpo, mas também para a alma (Andrews, 2009: 02).

No entanto, a revista britânica *The Economist* publicou um artigo onde anunciava um estudo realizado pelo Instituto Gallup<sup>29</sup> sobre riqueza e felicidade. Dados recolhidos por pesquisadores no mundo inteiro mostram que, embora alguns países pareçam mais felizes do que outros, as pessoas, em geral, mostram-se mais satisfeitas quanto mais ricas elas são. Além disso, o artigo revela que a relação entre renda e a felicidade muda conforme a renda aumenta, concluindo que “ninguém se cansa de ganhar mais”<sup>30</sup>.

Em 2008, o ex-presidente da França Nicolas Sarkozy criou a Comissão sobre a Medição do Desempenho Econômico e Progresso Social (ver: <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>) presidida pelos economistas Joseph Stiglitz (ex-diretor do Banco Mundial), Amartya Sen (Universidade de Havard) e Jean-Paul Fitoussi (diretor de

---

responsável pelas Conferências Nacionais sobre FIB que procuram mostrar as limitações do PIB e dimensões do FIB.

<sup>28</sup> Disponível em <<http://revistadaespm.espm.br/?p=949>>. Acessado em 11/08/2013.

<sup>29</sup> As pesquisas produzidas com regularidade pelo Instituto Gallup (ver: <http://www.gallup.com/home.aspx>) por meio de perguntas diretas às pessoas sobre satisfação com a vida ocupam um papel central no que diz respeito à análises sobre felicidade.

<sup>30</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/tag/butao/>>. Acessado em 14/08/2013.

pesquisa do OFCE). Embora a Comissão tenha sido engaveta, ela é importante por indicar algumas diretrizes. Segundo a Comissão, os atuais sistemas de medida de riqueza estão focados muito mais na produção econômica do que no bem-estar da população. Nesse sentido, propunham mudar a ênfase do Produto Interno Bruto (PIB), mas sem deixá-lo de lado, pois este apresenta informações relevantes embora entendidas como insuficientes para compreensão do bem-estar sustentado pelas pessoas.

A crítica feita pelos franceses ao modelo universal de medida riqueza/pobreza dos países ganhou larga repercussão durante a Rio+20 ocorrida em 2012, pois o PIB foi tema de muitos debates na Conferência já que este indicador não é capaz de conceder uma visão sobre as reais condições de vida das pessoas, conforme afirmam especialistas. Sendo assim, passou-se a exigir que o item “qualidade de vida” estivesse entre as medições de riqueza dos países.

A Sustainable Development Network Solutions (SDSN) da ONU lançou em 2013 o *Relatório Mundial sobre Felicidade*<sup>31</sup> visando mostrar como o bem-estar deve ser um componente da medida do desenvolvimento socioeconômico do planeta e a felicidade meta do desenvolvimento humano. No relatório, especialistas em economia, psicologia e estatística apresentam como as medidas de bem-estar devem ser utilizadas de maneira eficaz para medir o desenvolvimento de cada país. O texto faz uma análise de dados recolhidos entre 2005 e 2011. Cada pessoa entrevistada teve que medir, numa escala de 0 a 10, fatores como: família, educação, saúde, esperança de vida, liberdade de escolha, capacidade econômica e, por fim, relações com a comunidade e instituições públicas.

O relatório mostra que apesar do mundo ter se tornado “ligeiramente mais feliz e generoso nos últimos cinco anos”, os problemas econômicos e políticos, em geral, comprometem a felicidade em alguns países, tal como foi observado em Portugal, Grécia (70º lugar no ranking), Espanha (38º) e Itália (45º), países na zona do euro e que nos últimos anos têm passado por variadas medidas de austeridade. Contudo, além da questão econômica, a crise política também é descrita como uma das razões limitadoras da felicidade em países como o Egito, por exemplo.

---

<sup>31</sup> Cf. <http://ambientesgeograficos.blogspot.com.br/2012/04/onu-apresenta-1-relatorio-mundial-sobre.html> e [http://unsdsn.org/files/2013/09/WorldHappinessReport2013\\_online.pdf](http://unsdsn.org/files/2013/09/WorldHappinessReport2013_online.pdf).

Segundo um dos responsáveis pelo estudo e editores do relatório, Jeffrey Sachs (Earth Institute, da Universidade de Columbia), "existe hoje uma percepção mundial crescente de que a política deve estar alinhada com o que realmente importa para as pessoas"<sup>32</sup>. Em sua visão, "cada vez mais os líderes mundiais estão falando sobre a importância do bem-estar como um guia para seus países e o mundo"<sup>33</sup> e, nesse sentido, o relatório afirma que a medição e a análise sistemática de felicidade podem contribuir com a melhoria do bem-estar e do desenvolvimento sustentável do mundo.

No entanto, há críticas sobre o FIB. Para o professor da PUCRS e economista da FEE, Alfredo Meneghetti Neto, quando revisada a literatura referente ao FIB notou desconformidades quanto a seu uso, em primeiro lugar porque o índice não possui uma definição quantitativa exata por ser uma medida subjetiva, diferente do PIB que apresenta uma metodologia exata e possível de ser comparada no âmbito internacional. E em segundo lugar por não possuir padrões para sua medição, sendo assim, não é uma medição universal. Enquanto isso a ONU afirma o contrário, segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o PIB é insuficiente para medir o grau de desenvolvimento sustentável do país por não agrupar índices referentes à custos ambientais e sociais, afirmando que "precisamos de um novo paradigma econômico que reconheça a paridade entre os três pilares do desenvolvimento sustentável. O bem-estar social, econômico e ambiental são indivisíveis."<sup>34</sup>.

Interessada em uma nova medição, a ONU criou o Dia Internacional da Felicidade (20 de março) para lembrar que o mundo necessita de indicadores sociais mais abrangentes. No dia de divulgação da data, Ban Ki-moon solicitou que a comunidade internacional se empenhe para atingir um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável capaz de melhorar o bem-estar daqueles que não têm acesso à serviços básicos necessários para buscar a felicidade. Em sua mensagem afirmou que

Pessoas em todo o mundo aspiram a uma vida feliz e gratificante, livre de medo e privações, e em harmonia com a natureza. No entanto, para muitas pessoas vivendo em situação de pobreza extrema, o material básico para o bem-estar ainda está fora do seu alcance. Para muitas pessoas, as crises

---

<sup>32</sup> Disponível em <<http://cronicasdomotta.blogspot.com.br/2013/09/brasil-esta-entre-os-25-paises-mais.html>>. Acessado em 23/12/2013.

<sup>33</sup> Disponível em <http://cronicasdomotta.blogspot.com.br/2013/09/brasil-esta-entre-os-25-paises-mais.html>>. Acessado em 22/12/2013.

<sup>34</sup> Disponível em <<http://www.onu.org.br/pib-e-insuficiente-para-medir-grau-de-desenvolvimento-sustentavel-afirma-secretario-geral-da-onu/>>.

socioeconômicas recorrentes, a violência e a criminalidade, a degradação ambiental e as crescentes ameaças das mudanças climáticas são uma ameaça sempre presente. (...) Neste primeiro Dia Internacional da Felicidade, vamos reforçar nosso compromisso com o desenvolvimento humano inclusivo e sustentável e renovar o nosso compromisso de ajudar os outros. Quando contribuímos para o bem comum, enriquecemo-nos a nós próprios. A compaixão promove a felicidade e ajudará a construir o futuro que queremos”<sup>35</sup>.

Constata-se então que nos últimos anos empreende-se um grande esforço na busca de indicadores alternativos para medições já existentes ou novas, tal como a procura por índices sobre bem-estar, qualidade de vida e, primordialmente, de medição da felicidade das pessoas. Atualmente, a bibliografia científica mais recente a este respeito nos sugere que não há uma relação clara entre crescimento do PIB e aumento da felicidade ou do bem-estar medido por pesquisas de opinião. Essas pesquisas interessam, sobretudo, ao desenvolvimento capitalista pois medem por consequência a produtividade de cada um, ou seja, “garantir” a felicidade passa a ser um dos objetivos centrais dos governos e empresas para que a extração do capital humano seja feita de maneira que o indivíduo se sinta feliz e satisfeito com a sua própria produtividade.

## **Bibliografia**

ANDREWS, Susan. “PIB x FIB: uma nova medida de felicidade” in *Boletim Seu Estilo* Ano 3, nº 24. Brasil Estilo, Banco do Brasil: 2009. Disponível em <<http://www.tattwa.org.br/textos/susan.pdf>>. Acessado em 18/08/2013.

BATISTA, Paulo Nogueira. Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em <[http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)> Acessado em 27/12/2013.

BURGIERMAN, Denis Russo. “Política da Felicidade” In *Felicidade de políticas públicas*. Disponível em <[http://www.maisfeliz.org/down/pdfs/dossie\\_politicas\\_publicas.pdf](http://www.maisfeliz.org/down/pdfs/dossie_politicas_publicas.pdf)>.

---

<sup>35</sup> Disponível em <<http://www.onu.org.br/no-dia-internacional-da-felicidade-onu-pede-indicadores-de-desenvolvimento-mais-abrangentes/>>.



CANTANTE, Frederico. “Medidas e métodos de medição das desigualdades de rendimento” in *Observatório das Desigualdades*. Estudos. Disponível em <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=128&lang=pt>>.

FERREIRA, F. e RAVALLION, M. *Global poverty and inequality: a review of the evidence*. Washington DC: Banco Mundial, 2008.

GREEN, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo*. Tradução de Luiz Vasconcelos. São Paulo/Oxford: Cortez/Oxfam International, 2009.

HELLIWELL, John; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey. *World Happiness Report: 2013*. Disponível em <[http://unsdsn.org/files/2013/09/WorldHappinessReport2013\\_online.pdf](http://unsdsn.org/files/2013/09/WorldHappinessReport2013_online.pdf)>.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. Breve História da Estatística. Brasília, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): 2004. Disponível em <[http://www.im.ufrj.br/~lpbraga/probl/historia\\_estatistica.pdf](http://www.im.ufrj.br/~lpbraga/probl/historia_estatistica.pdf)>.

NETO, Alfredo Meneghetti. *O índice da felicidade: evolução e crítica*. Disponível em <<http://www.pucrs.br/feecultura/2010/felicidade-interna-bruta11.pdf>>.

SILVÉRIO, Maria. “BRICS: desigualdades sociais nos países emergentes” in *Observatório das Desigualdades*. Newsletter n 18. Lisboa: 2012. Disponível em <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123&lang=pt>>.

TELLES, Beatriz Marcos & BELLOQUE, Maria Carolina Mirabella. *Análise de indicadores de desenvolvimento humano*. PUCSP: 2013. Disponível em <[http://www.fea.pucsp.br/basta/1S2010/CAROLINA\\_E\\_BEATRIZ\\_BASTA\\_1\\_S\\_2010.pdf](http://www.fea.pucsp.br/basta/1S2010/CAROLINA_E_BEATRIZ_BASTA_1_S_2010.pdf)>. Acessado em 09/08/2013.

## **Relatórios e Normativas**

*Agenda 21 Brasileira*, 1992. Disponível em <[http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos\\_fluxos/doc\\_principais\\_ecopolitica/Agenda21%20Brasil.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Agenda21%20Brasil.pdf)>.

*Carta da Terra*, 1992. Disponível em <[http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos\\_fluxos/doc\\_principais\\_ecopolitica/carta\\_terra\\_2000.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/carta_terra_2000.pdf)>.

Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). *O Futuro que Queremos*. Rio de Janeiro: ONU. Disponível em <[http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/meio\\_ambiente/O\\_Futuro\\_queremos\\_2012.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/meio_ambiente/O_Futuro_queremos_2012.pdf)>.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). “Pobreza, desigualdade e políticas públicas” in *Comunicadores da presidência*, n 38. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

IPECE. *Entendendo o índice Gini*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Governo do Estado do Ceará: s/d. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo\\_Indice\\_GINI.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf)>.

Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. *Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha*. Nova York: Nações Unidas, 2012. Disponível em <[http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos\\_fluxos/doc\\_principais\\_ecopolitica/GSP\\_Report\\_Portuguese.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/GSP_Report_Portuguese.pdf)>.

PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Acting in the future: breaking the intergenerational transmission of inequality*. Nova York: PNUD, 2010.

PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Regional Human Development Report for Latin American and the Caribbean*. Nova York: PNUD, 2010. Disponível em <[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/Latin%20America%20and%20Caribbean%20HDR/C\\_bean\\_HDR\\_Jan25\\_2012\\_3MB.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/Latin%20America%20and%20Caribbean%20HDR/C_bean_HDR_Jan25_2012_3MB.pdf)>

PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. PNUD, 2013. Disponível em <[http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR2013\\_Port.pdf](http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR2013_Port.pdf)>.

OXFAM. *Deixados para trás pelo G20? Desigualdade e degradação ambiental ameaçam excluir os pobres dos benefícios do crescimento econômico*. Oxfam Internacional: 2012. Disponível em <<http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp157-left-behind-by-the-g20-190112-pt.pdf>>.